

## Crónicas Bibliográficas

Tenente-coronel PilAv  
João José Brandão Ferreira



Coronel  
António de Oliveira Pena



## Crónicas Bibliográficas

**MONTES CLAROS**  
**1665**  
**A Vitória Decisiva**



A editora Tribuna da História, com a colecção *Batalhas de Portugal*, tem vindo a sensibilizar os portugueses para a particularidade dos seus feitos militares, quer nas vitórias quer nas derrotas, procurando por forma erudita, mas atraente, relevar o esforço necessário para construir o País e preservar a sua segurança e independência.

Pela forma como combina excelência da ilustração e clareza da linguagem, com rigor histórico e científico, esta obra *obriga* o leitor, desde simples curioso a profundo estudioso, a diversas leituras/estudos. No primeiro contacto, *fôlego*, a *Vitória Decisiva* lê-se sem interrupção, tal é o envolvimento que proporciona, permitindo *esboçar* o quadro

**Revista Militar N.º 2447 - Dezembro de 2005, pp 0 - 0.**

*:: Neste pdf - página 1 de 7 ::*

geral da sua estrutura.

Ao longo de noventa páginas apresentam-se:

***Local, Tempo e Consequências da Batalha***, Montes Claros no interior do triângulo Estremoz/Borba/Vila Viçosa, 17 de Junho de 1665 e *“Foi uma vitória militar decisiva sobre as forças militares de Espanha (...) com consequências nas Grandes Estratégias das Nações nascentes que faziam da Guerra e da Diplomacia dois instrumentos da acção do Estado moderno, (...)”*.

***Duas Grandes Estratégias em Confronto***, a de Espanha, *“Nas CORTES DE TOMAR, em 1581, o Estatuto adoptado para regular a união de coroas entre Portugal e Espanha, fixou para suavizar a ausência do Rei que se estabeleceria em Lisboa um Vice-Rei/Governador, de sangue real, e o Conselho de Portugal em Madrid. (...) a legitimidade da dualidade das coroas e a defesa do Reino, vão constituir questões de confronto durante os sessenta anos dos reinados filipinos”*. Na Grande Estratégia de Portugal destaca-se a preocupação com a segurança do Reino, sendo *“(...) o primeiro requisito para a sua autonomia (...)”*.

***Preparativos para a Defesa do Reino: a Acção Diplomática e as Disposições Militares*** e a seguir, ***Uma Caminhada Longa: Comandos, Homens e Logística***.

Com o número 5 seguem-se quinze páginas dedicadas à ***A Batalha***, cuja linguagem de excelente clareza e primorosa ilustração permitem compreender perfeitamente o que se deseja comunicar. *“Montes Claros foi uma batalha com manobra, tirando proveito do terreno para melhorar os fogos e da capacidade de movimento da cavalaria. A formação em combate dos terços portugueses, organizados em esquadrões com a segurança própria proporcionada por mangas e cornos de arcabuzeiros, mostrou-se mais manobrável do que os pesados terços espanhóis, abrindo caminho para um pensamento militar inovador, no século seguinte, posto em prática pelo duque de Marlborough.”*

Por fim apresentam-se em cuidada síntese as ***Consequências da Batalha***, assinatura do Tratado de Paz de Madrid e sua ratificação, respectivamente a 5 de Janeiro e 13 de Fevereiro de 1668, e partida de Lisboa das tropas francesas e inglesas que ajudaram a Nação Portuguesa a consolidar a Restauração.

A obra contém extensa bibliografia relevando 34 autores que ao longo dos anos contribuíram com trinta e oito publicações para melhor compreender a *Grande Estratégia* desenvolvida por Portugal durante as *Guerras da Restauração*.

A Revista Militar agradece à editora TRIBUNA DA HISTÓRIA o exemplar enviado para a sua Biblioteca e felicita os directores da colecção *Batalhas de Portugal*, doutores Castro Henriques e Pedro Avillez, pela oportunidade dos temas, sua excelente ilustração através de infogramas e mapas tridimensionais e, sobretudo, pela qualidade científica e rigor histórico dos textos.

Por fim uma palavra de agradecimento e honrosa felicitação ao Autor da obra General Gabriel Augusto do Espírito Santo, Presidente da Direcção da Empresa da Revista Militar, pela forma como apresenta o culminar da componente militar da Grande Estratégia desenvolvida por Portugal durante as Guerras da Restauração, em que se reafirmou o direito dos portugueses terem Rei próprio - **MONTES CLAROS, A Vitória Decisiva.**

António de Oliveira Pena

Coronel, Director-Gerente do Executivo da Direcção da Revista Militar

### **Contra-Subversão em África**

#### **Como os Portugueses fizeram a Guerra em África - 1961-1974**



Todos nós sabemos - embora para a maioria isso passe despercebido no dia a dia - quanto Portugal foi objecto de ataques e cobiças por parte da generalidade dos Poderes com que se cruzou nos diferentes cenários geopolíticos onde a sua já vetusta História o levou.

Os conflitos que se geraram com o Islão e o Império Otomano são fáceis de entender por aqueles, durante séculos, terem estado em guerra com a Cristandade (e alguns parece que ainda estão...), sendo os únicos em que os portugueses até ao fim do século XVI não tiveram pejo em lançar acções ofensivas; mas menos compreensão existe para as guerras sustentadas com potências cristãs.

De facto, o mundo nunca aceitou e perdoou, que um pequeno país como Portugal se tenha alcandorado, por via dos Descobrimentos e da sua maneira de se relacionar com a Humanidade, a uma tão grande relevância Histórica.

Essas atitudes hostis foram prosseguidas com especial zelo por judeus, reformistas e calvinistas, a partir de meados do século XVI e até aos dias de hoje, chegando-se em muitos casos a um “*status quo*” curioso e que era este: paz com Portugal na Europa, enquanto se atacava tudo o que existia no Ultramar.

Não cuidem os contemporâneos que isto são coisas do passado. Se mais não fora, os recentes conflitos por que passaram Timor-Leste e a Guiné Bissau, aí estão como exemplo evidente em que potências que se dizem amigas de Portugal e até pertencem às mesmas organizações políticas, militares e económicas que o nosso país, não hesitaram em prejudicar os interesses nacionais.

É a esta luz, a que se deve juntar os dois importantíssimos factores que foram o conflito Leste-Oeste e o ataque à colonização europeia (e apenas esta), que teve o seu expoente na conferência de Bandung, em 1955, que se devem enquadrar as campanhas ultramarinas em que Portugal se empenhou entre 1954 e 1975.

Não queria deixar de lembrar aos leitores. Que estas campanhas não foram um acidente

de percurso, mas apenas as últimas de centenas quiçá, milhares de operações, combates, cercos, acções de soberania, etc. quer em terra, quer no mar, quer no ar, que Portugal travou durante cerca de seis séculos em cinco continentes e outros tantos oceanos e mares.

Quero convir que não foi coisa de somenos nem gestão aleatória de meia dúzia de lunáticos.

É obra que sem embargo das suas sombras, nos devemos orgulhar com lucidez. E devíamos, também, querer ser dignos herdeiros e continuadores dos nossos maiores. E, neste momento, não sei se queremos.

É sobre estas derradeiras campanhas à excepção do que se passou no Estado da Índia, que o Comandante Professor John Cann, o americano mais “british” que conheço, entendeu dirigir o seu estudo e análise crítica.

Devemos estar-lhe grato por isso. E essa gratidão aumenta se tivermos em conta a má vontade com que estamos habituados a que os estrangeiros nos olhem - e isto não isenta as responsabilidades que em várias alturas da História nós tivemos nessas atitudes.

É certo que o Comandante Cann contou a verdade. Mas essa verdade era e é, politicamente inconveniente em termos internacionais e difícil de aceitar pela opinião pública portuguesa, prisioneira que está da “lavagem ao cérebro” efectuada desde os idos de 1974/75 onde a maioria dos eventos contemporâneos foram diabolizados e onde a leitura marxista da História ganhou foros de cidadania.

O Comandante Cann escreve bem, escreve claro e a sua escrita é agradável de se ler. O seu livro está bem articulado.

Não é uma obra exaustiva, mas sim um estudo de análise e de síntese, voltada para a manobra militar, onde os diferentes aspectos da estratégia da geopolítica, da táctica, dos armamentos, da logística, financeira, etc., se entrelaçam harmoniosamente.

O autor começa por uma caracterização do conflito, com a descrição dos teatros de operações, potencial disponível e suas limitações, bem como das forças inimigas.

Uma análise económico-financeira do conflito está sempre presente o que é característico da cultura anglo-saxónica.

O segundo capítulo é dedicado a uma retrospectiva histórica e política relativamente ao Ultramar português e à sua relação com a Metrópole, bem como aos principais eventos que antecederam o início da insurreição armada.

No capítulo seguinte o autor faz a análise da doutrina contra-subversiva desenvolvida pelos militares portugueses, a qual já tinha começado a ser desenhada mesmo antes das operações militares terem início, com base nos ensinamentos obtidos na análise dos

conflitos que outras nações, nomeadamente os EUA, a França e a Grã-Bretanha, se tinham envolvido.

Este facto revela um aspecto pouco evidenciado e que é este: as autoridades militares terem andado à frente dos acontecimentos - e dos políticos - na previsão das ameaças e na preparação das tropas, acontecimento raríssimo da nossa História e que, para mim, explica a rapidez e sucesso com que se reagiu aos eventos e permitiu suportá-los durante tanto tempo.

A maior parte desta doutrina ficou consubstanciada nesse notável documento que se chamou “O Exército na Guerra Subversiva”, que orientou todo o esforço de guerra português.

No Capítulo quarto, John Cann debruça-se sobre o modo como os portugueses se organizaram, educaram e treinaram para a contra-insurreição, tanto na Metrópole como no Ultramar, nomeadamente em Angola, Guiné e Moçambique, que representavam teatros de operações assaz distintos a milhares de quilómetros da sua base logística principal. Tudo isto tendo em conta os meios modestos de que sempre dispusemos. As relações entre autoridades civis e militares estão incluídas neste âmbito, bem como o treino, organização e conceito de manobra das unidades combatentes.

O capítulo seguinte é todo ele dedicado à africanização da guerra, isto é, à mobilização dos recursos humanos e materiais dos diferentes teatros de operações de modo a serem cada vez mais parte integrante na sua defesa e desenvolvimento e a aliviarem e complementarem o esforço das outras parcelas do território nacional, nomeadamente as europeias. Este esforço representou uma das mais bem concebidas estratégias postas em vigor pelas autoridades portuguesas e foi um sucesso em toda a linha.

Um aspecto importante deste capítulo vem a ser a análise da demografia da Metrópole e dos problemas de recrutamento, nomeadamente para oficiais do quadro permanente que veio, mais tarde a espoletar o golpe de Estado do 25 de Abril - e não a falta de solução dita política para a guerra, como é alegado por muitos, inclusive o autor do livro.

A africanização da guerra não era uma novidade para os portugueses que sempre a fizeram e tal facto não passa despercebido ao Comandante Cann que o refere, antes de passar a analisar as forças especiais de cariz mais africano que foram criadas, suas motivações, lealdade e disciplina. E também o fardo das baixas que dividiram com os outros portugueses brancos.

Um outro domínio pouco estudado em Portugal tem a ver com a rede de informações que foi montada para fazer face à guerrilha. É esse o tema do capítulo seis, onde se faz a análise da estrutura de recolha, tratamento e disseminação das informações; a importância do reconhecimento terrestre e aéreo; os serviços militares; os interrogatórios de prisioneiros; a análise da documentação capturada; a interceptação das emissões rádio e a acção da PIDE/DGS, que foi fundamental no apoio às operações militares.

O aforismo “sem informações não se faz a guerra” é bem verdadeiro e também o foi no caso vertente.

O capítulo sete é dedicado ao modo como as forças portuguesas resolveram e se adaptaram à necessidade de se moverem nos teatros das operações.

Tendo feito das pequenas unidades de infantaria o núcleo fundamental das suas acções de contra-subversão, os portugueses utilizaram meios convencionais para apoiar a sua locomoção, tais como jeeps, camiões e veículos blindados ligeiros. Sobretudo na Guiné, meios navais ligeiros foram utilizados, intensamente, no apoio às unidades do exército.

Mas devido às características do terreno e falta de vias de comunicação adequadas, os portugueses cedo desenvolveram duas capacidades menos convencionais: o uso do helicóptero e as unidades a cavalo. É sobre estas últimas que John Cann faz uma análise mais detalhada.

Uma outra área crucial na guerra que conduzimos, foram as acções de cariz psicossocial. Numa guerra de guerrilha subtrair a população à acção do inimigo e mantê-la leal às autoridades estabelecidas é tão ou mais importante do que as próprias operações militares. É toda esta acção desenvolvida, que o Comandante Cann analisa e que passa pelas acções psicológicas, o ensino, a melhoria das infra-estruturas básicas, os aldeamentos e sua autodefesa, a assistência sanitária e o desenvolvimento económico e social geral.

O trabalho ciclópico realizado neste âmbito ficou como imagem de marca da acção portuguesa de contra-subversão podendo dizer-se sem receio de erro, que se fez mais nestes 13 anos de guerra do que em cinco séculos que levávamos de permanência em África.

O capítulo nono trata a dimensão logística do conflito que o autor classifica como “um formidável desafio logístico”. E tem razão ao fazê-lo pois de uma monumental tarefa se tratava.

Transportar lanchas de fiscalização por terra desde a costa de Moçambique até ao Lago Niassa é apenas um exemplo eloquente do que foi necessário realizar.

O Professor Cann embrenha-se na organização logística, no transporte marítimo, aéreo e terrestre, suas capacidades e vulnerabilidades; na evacuação e hospitalização de feridos, para nos explicar como conseguimos vencer esse desafio. E de facto nunca faltaram munições no Cacheu, botas na N'Riquinha ou batatas em Metangula. A logística foi um êxito e tal facto é tão mais de evidenciar quanto se sabe que a sustentação das forças foi por norma, um calcanhar de Aquiles português. Basta citar o exemplo do que se passou na I Grande Guerra!...

Finalmente no último capítulo, sumariza-se a “maneira portuguesa de fazer a guerra”.

Durante todos os capítulos, porém, e isso constitui para mim a parte mais original e importante do estudo, o Comandante Cann, fornece-nos abundantes dados relativos a outras campanhas, conduzidas pelos EUA no Vietname, os ingleses na Malásia, Quênia e até Chipre e os franceses na Indochina e na Argélia que relacionados com dados de aferição idêntica relativos às campanhas portuguesas, nos são lisonjeiros à excepção de alguns “itens” relativamente à campanha da Malásia. Tais dados incluem números relativos à intensidade do conflito; razão de baixas; disciplina; esforço financeiro; meios disponíveis; integração de forças; capacidade de recrutamento; recolha de informações, armamento, equipamento e desenvolvimento tecnológico; relacionamento com a população indígena; aspectos doutrinais etc.

Está pois de parabéns o Comandante Cann e nós com ele.

Esta edição, 30 anos depois das campanhas terem terminado de um modo que o povo português não merecia - e neste povo estão incluídos os habitantes do todo nacional da altura - continua actual e é uma escore segura contra o politicamente correcto e os falsos profetas da História. E é importante porque é desapaixonada, feita com carácter científico e fixada por um olhar exterior à contenda.

John Cann começa e acaba por considerar o modo como as FA's portuguesas se houberam neste longo conflito, como um “feito de armas notável”. Não posso concordar mais e estou à vontade para o fazer dado que apesar de me terem preparado durante cinco anos para nele combater a roda da História levou a que tal não acontecesse e por isso não posso ser considerado juiz em causa própria. E atrevo-me a ir mais longe ao afirmar que esta campanha foi a mais brilhantemente conduzida desde o tempo do senhor Afonso de Albuquerque, dispondo apenas de recursos próprios e sem generais ou almirantes importados. Foi aquela ainda que mostrou o povo português no seu melhor.

Mas a análise da campanha não está completa. Falta fazer a análise político-estratégica da mesma, de um modo desapaixonado como foi feito neste livro. E explicar, para quem o defende, como seria essa tal solução política que iria fazer a felicidade de todos e que o governo de então não conseguiu ou não quis encontrar.

O comandante Cann também afirmou esta ideia mas, do mesmo modo que os outros, não a concretiza. Tem-se feito uma condenação política lapidar, sem direito a contraditório.

Enquanto esta questão não for objecto de estudo isento e judicioso, o tratamento e análise das campanhas ultramarinas entre 1961, ou melhor dizendo entre 1954 e 1975, não está encerrado. E é altura de estar. Devemos isso à História, à Verdade, aos nossos antepassados, a nós mesmos e às gerações futuras.

*Tenente-Coronel Pil* Av João José Brandão Ferreira.  
Sócio Efectivo da Revista Militar.